

DIVULGAÇÃO

**Maysa Polcri**REPORTAGEM
maysa.polcri@reddebahia.com.br

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na Bahia decidiu não fazer manifestação favorável à licença de instalação da ponte Salvador-Itaparica.

A informação consta no Parecer Técnico nº 22/2026, ao qual o CORREIO teve acesso, publicado em 26 de janeiro deste ano. O instituto analisa um relatório sobre os impactos da construção da ponte para as comunidades tradicionais, tema que vem sendo denunciado por moradores da ilha.

Para que ocorra a emissão de anuência do Iphan na etapa de Licença de Instalação, o empreendimento deve apresentar medidas de mitigação e compensação que serão adotadas para a proteção de bens culturais. O instituto aponta que o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial, apresentado por empresa contratada pelo consórcio da ponte, é insuficiente para que o órgão dê aval para a licença.

O Iphan orienta que um novo relatório seja elaborado e que seja feita a análise de impactos em outros 12 municípios que não foram citados no documento inicial. O objetivo do Iphan é preservar comunidades tradicionais, manifestações populares e pessoas que podem sofrer os impactos da construção da ponte.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria Extraordinária da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica (Se-

Iphan não dá aval à licença de instalação de ponte

Instituto afirma que relatório da Salvador-Itaparica não cumpre exigências técnicas

ponte) e solicitou posicionamento sobre o parecer técnico, no dia 11 de fevereiro. A pasta estadual não se manifestou até o fechamento desta edição.

EM JOGO

Em junho do ano passado, o governo da Bahia deu início às oitavas em comunidades tradicionais sobre a ponte, que é prometida por governos petistas há mais de 16 anos.

Segundo o estado, os encontros “integram o conjunto de ações que vem sendo desenvolvido junto às comunidades que estão na área de influência do projeto da construção da ponte, garantindo o diálogo constante entre todas as partes envolvidas no processo”.

O parecer técnico, no entanto, aponta ausência de

comprovação de consulta prévia, livre e informada às comunidades.

O Iphan identificou uma série de bens culturais potencialmente afetados, entre eles o samba de roda, a capoeira, o ofício das baianas de acarajé, a Feira de São Joaquim, a Festa do Bonfim, as matrizes do forró, as panelas tradicionais, comunidades de terreiro, o Carnaval de Maragogipe e os saveiros da Baía de Todos os Santos.

Um dos principais pontos levantados é a delimitação da área de influência da ponte. Enquanto o estudo de impacto ambiental, aprovado junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), reconhece uma área de 16 municípios, o relatório apresentado pelo consórcio restringiu a análise a cinco

municípios (Salvador, Itaparica, Vera Cruz, Maragogipe e Jaguaripe).

PROMESSA ANTIGA

Em 2009, o então governador Jaques Wagner (PT) informou que entregaria à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), o projeto para a construção da ponte que ligaria Salvador à Ilha de Itaparica.

Anos depois, a expectativa é que as obras tenham início em junho de 2026 – quatro meses antes da disputa eleitoral pelo governo do estado. No ano passado, foi criada a Secretaria Extraordinária do Sistema Viário Oeste Ponte Salvador-Itaparica, com 33 novos cargos e custo estimado de R\$ 1,4 milhão em apenas três meses.

Para o engenheiro civil Alê Okan, que integra o Coletivo Ativista, a ponte segue sendo usada como promessa de campanha sem que os reais impactos do projeto sejam analisados. “O governo realiza uma violência institucional, ocultando os impactos para as comunidades locais e sem demonstrar quais medidas serão tomadas para mitigar os danos”, afirma. O coletivo acompanha o projeto de construção, representando as cerca de 20 mil famílias que vivem em áreas possivelmente afetadas.

Entre os pontos apontados por ele estão a destruição de corais, dissipação de minerais no oceano e ameaça à pesca na Baía de Todos-os-Santos, com a construção de 102 pilares da ponte. O Ministério Público Federal (MPF) foi acionado em setembro do ano passado após denúncia sobre os impactos do projeto.

Iphan aponta falhas em relatório e não dá aval à licença de instalação da ponte Salvador-Itaparica

“O governo realiza uma violência institucional, ocultando os impactos para as comunidades locais e sem demonstrar quais medidas serão tomadas para mitigar os danos” Alê Okan

Engenheiro, que integra o Coletivo Ativista